

AMÉRICA LATINA NA CRISE ECONÔMICA MUNDIAL

AMÉRICA LATINA EN LA CRISIS ECONÓMICA MUNDIAL

THE WORLD ECONOMIC CRISIS AND LATIN AMERICA

Oswaldo Coggiola¹

Resumo: Os efeitos da crise econômica mundial pouco demoraram para se fazer sentir na América Latina. O artigo expõe alguns das suas manifestações econômicas. Defende não tratar-se de um "contágio regional", mas do fato de que a integração sem precedentes da economia capitalista mundial faz da atual crise um processo mundial no pleno sentido do termo. A crise expõe os problemas histórico-estruturais da formação econômica latino-americana.

Palavras-Chave: América Latina. Crise. Mundo. História.

Resumen: Rápidamente, los efectos de la crisis económica mundial se hicieron sentir en Latinoamérica. El artículo expone algunas de sus manifestaciones económicas. No hay "contagio regional" de la crisis, sino la consecuencia de una integración mundial de la economía capitalista, sin precedentes. La crisis es mundial, en el pleno sentido. Ella expone problemas histórico-estructurales de la formación económica latinoamericana.

Palabras-Clave: América Latina. Crisis. Mundo. Historia.

Abstract: Fastly, the world economic crisis show its effects in Latin America. The text arises some of its main economic consequences. It is not a "regional contagion", but the conclusion of an unprecedent world integration of world capitalist economy. It's a world crisis, in a real sense. It makes evident the historical and structural problems of Latin American economic framework.

Key-Words: Latin America Latina. Crisis. World. History.

Depois de um (breve) período de ilusões no “desacople” (*decoupling*) da economia latino-americana da crise econômica mundial, a América Latina começou a sentir diretamente os efeitos dessa crise, em primeiro lugar pela redução de suas exportações, que reduziram drasticamente os saldos favoráveis da balança comercial de suas principais economias, e também pelas restrições de crédito, vinculadas ao *credit crunch* internacional. Em 2008, houve ainda uma forte expansão: Argentina (7%); Brasil (5,2%); Chile (3,2%); Equador (6,52%); México (1,3%); Peru (9,8%), Venezuela (3,2%), tiveram desempenho positivo. No terceiro trimestre de 2008, a crise do *subprime* dos EUA virou abertamente uma crise financeira internacional de grandes proporções².

Em decorrência, no primeiro trimestre de 2009, na América Latina, o PIB da região caiu 3%, com destaque para a brutal queda do México: 9,31%. A recessão começou “oficialmente” no quarto trimestre de 2008. Ainda em dezembro de 2008, a CEPAL (2008) previa para 2009 um crescimento de 1,9%, mas, em abril de 2009 já estimou uma contração de -0,3% (em junho elevou-a para -1,7%). Durante

o quarto trimestre de 2008, México, Brasil, Argentina e Chile registraram quedas anualizadas do PIB de -10,3%, -13,6%, -8,3%, e -1,2%, respectivamente. No primeiro trimestre de 2009, México registrou uma queda anualizada sem precedentes, -21,5%.

Nas últimas décadas, América Latina conheceu um desempenho econômico convulsivo, expresso em quedas e altas abruptas do seu crescimento, o que punha em evidência economias com baixo grau de autonomia (financeira, industrial e comercial), altamente dependentes, portanto, das inflexões do mercado mundial.

O início da crise mundial multiplicara as declarações otimistas dos governos: América Latina encararia a crise mundial com mais de 75% do PIB regional com classificações de risco de crédito dentro do "grau de investimento", algo nunca ocorrido no passado. Em 2008, a região apresentava solvência, com 70% de sua dívida coberta por reservas internacionais - patamar bem acima dos índices verificados no Leste Europeu, por exemplo. Durante o período 2003-2007, América Latina recebeu um volume recorde de investimentos estrangeiros, superior a US\$ 300 bilhões. Suas multinacionais lançaram-se a outros mercados comprando importantes ativos, inclusive em países desenvolvidos. O PIB da região cresceu numa média de 5% anual entre 2003 e 2008, com um incremento médio superior a 3% no produto per capita.

Um fator alardeado foi a redução drástica das dívidas denominadas em dólares. Mas isto ocultou a natureza real do processo econômico, embutida na valorização monetária propiciada pela "estabilização". A dívida externa foi "zerada", a partir do fato de que as reservas internacionais do país - o total de moeda estrangeira conversível, aceita no mercado internacional - superaram o montante da dívida externa, pública e privada, o que criou a ilusão da superação da dependência financeira externa. Mas o endividamento assumiu outras características.

O endividamento em condições de abertura à livre movimentação cambial de empresas estrangeiras e nacionais não podia ser aferido apenas pela dívida externa formal, em títulos e contratos do governo e de empresas privadas. A dívida real, passível de ser saldada em moeda conversível, devia ser avaliada em conjunto com a situação da dívida interna em títulos públicos - a dívida mobiliária federal - por ser viável a troca de títulos da dívida externa por papéis da dívida pública. Um título público brasileiro, por exemplo, que vence em 2045, oferece 7,5% de interesse por cima da inflação, o mesmo título do Japão paga somente 1%.

A queda do emprego no primeiro trimestre de 2009 atingiu um milhão de vagas, calculando-se uma perda total de até quatro milhões até o final de 2009.

O México sofre especialmente a crise, embora com desemprego ainda baixo, pelos padrões regionais (embora em crescimento de 4,9% para 6,1%), sobretudo nos setores que "puxaram" seu crescimento no período recente, especialmente o setor automotivo, que emprega quase 600 mil trabalhadores. As exportações mexicanas de veículos caíram nada menos que 57% já em 2008, a GM de Guanajuato deixou em *paro técnico* 10 mil funcionários, e 6.600 em outras três fábricas.

Volkswagen demitiu 900 trabalhadores, Delphi (fabricante de auto-partes), 1.700³. A 1º de abril de 2009, o governo mexicano anunciou ter recebido do Fundo Monetário Internacional (FMI) uma linha

de crédito preventivo (dentro da recém criada FCL, Linha Flexível de Crédito) de 47 bilhões de dólares, para socorrer as empresas (outro país latino-americano que usou essa linha foi a Colômbia, com US\$ 10,5 bilhões).

Persistência da Dependência

Os sucessos econômicos da última década, quando, segundo os *experts* da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a América Latina viveu “uma grande festa macroeconômica”, foram relativos. Houve altas taxas de crescimento, inflação reduzida aos menores patamares históricos e orçamentos equilibrados ou até com superávits. Ao mesmo tempo, 40 milhões de pessoas deixaram a linha da pobreza durante os últimos cinco anos. O retrocesso da pobreza foi especialmente importante no Brasil, onde os programas sociais “focalizados” permitiram uma diminuição significativa da pobreza absoluta, coexistente, no entanto, com uma trajetória pouco alterada da concentração de renda. As condições criadas, de retrocesso relativo da pobreza mais acentuada, se encontraram vinculadas ao desempenho econômico da conjuntura, muito mais que a mudanças de natureza estrutural na produção e na distribuição de renda. A constituição, finalmente, de uma população cuja sobrevivência depende de programas oficiais de ajuda social, não incorporados à estrutura institucional do país, se configurou como um paliativo de base instável.

Os dados da conjuntura latino-americana começaram a mudar drasticamente com a crise econômica mundial. A crise mundial possui mecanismos diretos de transmissão, vinculados à contração da demanda mundial: o comércio externo e as matérias-primas. Do ponto de vista comercial, a dependência da região em relação aos EUA e Europa, regiões que estão em recessão, é grande. Mais de 65% das exportações latino-americanas dirigem-se a essas duas regiões, com o restante indo para a Ásia e para parceiros regionais. Alguns países latino-americanos estão mais expostos; é o caso do México, cujo comércio é fortemente dependente dos EUA (que consome 80,75% de suas exportações; apenas 19,25% vão para o resto do mundo)⁴.

E as economias continuam muito dependentes da venda de matérias-primas (que representam mais de 60% das exportações da América Latina), todos os países ver-se-ão afetados negativamente pelas baixas do petróleo, do cobre ou da soja⁵. Segundo a CEPAL (2008), os termos de troca da região cairão 15% durante 2009. Os preços dos produtos primários despencaram com a crise, depois de uma alta especulativa das commodities em 2008. Em fevereiro de 2009, os preços tinham caído em relação ao pico da alta, nas proporções que seguem: petróleo 51%, alimentos 18%, arroz 50,6%, milho 47,9%, trigo 41,9%, metais 49%, cobre 37,9%. As quedas de remessas de migrantes afetarão, sobretudo, México, Bolívia, Equador, e quase toda América Central e o Caribe (estas últimas, além disso, sofrem com a acentuada queda de ingressos pelo turismo, basicamente de europeus, norte-americanos e japoneses).

As contas nacionais paulatinamente se ressentem de arrecadações menores. E a situação do mercado mundial consente cada vez menos uma saída baseada num novo ciclo de endividamento. Os fluxos de remessas, aplicações e investimentos diretos estão em queda, enquanto as emissões de títulos de

dívidas a serem realizadas em 2009 deverão ser dominadas pelos países da OCDE (os EUA poderão lançar mais de US\$ 2 trilhões, dentro de um total de US\$ 3 trilhões na OCDE), deixando pouco (ou nenhum) espaço para os “emergentes”⁶. A dependência financeira da região é a sua grande vulnerabilidade, somada ao escasso desenvolvimento do mercado interno e à crescente fuga de capitais, vinculada aos mecanismos generalizados de “desalavancagem” e de aversão ao risco, que provocam uma fuga em direção aos ativos e países “mais seguros”, um fator de crise ligado ao setor bancário. Nos anos 1990, considerou-se que a forte internacionalização do sistema financeiro era positiva para fugir das crises: hoje se verifica o contrário.

Crise Mundial ou Contágio Regional?

José Serra (2009) distinguiu a crise latino-americana da “europeu-norte-americana” pelo fato de que “na América Latina em geral, assim como na Ásia, o contágio veio dos subprodutos da crise, principalmente a retração brusca das finanças e do comércio. Não houve colapso de instituições financeiras importantes. As únicas exceções mais sérias foram as perdas em derivativos no México – US\$ 4 bilhões no último trimestre de 2008 – e no Brasil – estimadas em US\$ 25 bilhões. Houve, sim, uma acentuada redução na oferta de crédito às atividades produtivas, em decorrência da perda de linhas de crédito estrangeiras”.

Chile e Peru eram mais vulneráveis à crise que o Brasil, segundo Serra (2009), devido à sua maior dependência comercial, mas adotaram rápidos pacotes anticíclicos de grande envergadura, coisa que o Brasil não fez⁷. Mas ainda é cedo para dizer que na América Latina não haverá colapso financeiro, e que a própria crise está encerrada mundialmente. O problema do “canal de contágio” da crise é subordinado, diante de uma crise de natureza sistêmica e mundial. O raciocínio de Serra faz aparecer a segunda ilusão da crise (depois daquela do *decoupling*): que a crise é e será mais “suave” na América Latina, quando as suas simples cifras (vide México) já indicam o contrário. Principalmente, porém, esse tipo de análise se esgota no aspecto conjuntural, não tocando nos problemas estruturais (históricos) da economia latino-americana, que a crise, como uma espécie de catarse, põe em evidência.

O principal deles é que, transcorrida mais de uma década, as experiências nacionalistas fracassam na tentativa de estruturar um Estado nacional independente, e de iniciar um processo de industrialização capitalista autônomo, derrubando a supremacia do capital financeiro. As nacionalizações têm poupado os bancos, o aspecto decisivo da gestão do capital. Não criaram uma burguesia nacional, nem estruturaram uma etapa de transição nesse sentido, sob hegemonia do Estado. Em vez disso, criaram uma “boliburguesia” (chamada na Venezuela de “boligarcas”), ou o “capitalismo de amigos” da família Kirchner, através da burocracia governamental (que sangra financeiramente o Estado). Nas nacionalizações realizadas, os empresários (externos e internos) receberam fortes compensações, até maiores do valor em Bolsa de Valores de seus capitais. O uso dos recursos fiscais extraordinários para compensar os capitais nacionalizados acabou bloqueando a possibilidade de um desenvolvimento

econômico independente. O capital estrangeiro, forçado a sair da esfera industrial, retornou sob a forma de capital financeiro, usando as indenizações para a compra da dívida pública⁸.

Maurice Lemoine (2008) afirma que “os países latino-americanos fortalecem os laços entre si e com o Oriente (e) estão cada vez menos dependentes dos Estados Unidos”, o que significa substituir a análise objetiva pelo *wishful thinking*. O governo brasileiro, por exemplo, pensa poder “navegar” a crise graças aos recordes na exportação de etanol (5,16 bilhões de litros exportados em 2008, de 24,5 bilhões produzidos) e biodiesel, que têm por destino principal os EUA. Os governos “progressistas” latino-americanos vêm batalhando, em diversos fóruns internacionais (OMC especialmente) pela abertura dos mercados dos EUA e da Europa, fortemente protegidos por barreiras tarifárias e não-tarifárias, às exportações primárias da América Latina.

A crise mundial já está golpeando com força o Brasil, onde as demissões se contam em centenas de milhares e o desemprego bate recordes históricos. Os superávits comerciais enormes pertencem ao passado, e nos últimos meses o país tem registrado déficits fiscais, e a primeira queda absoluta de arrecadação desde 2003. Os subsídios do governo de Lula ao grande capital, industrial e financeiro, somam bilhões de “renúncia fiscal” e estão comendo as reservas em divisas. Isso estabelece a perspectiva de uma crise financeira (suspensão de pagamentos).

Venezuela e Bolívia, quando favorecidas pela conjuntura favorável do mercado mundial, impulsionaram importantes campanhas de saúde e de educação (que nunca seriam feitas pelas velhas oligarquias desses países), mas não avançaram em sentar as bases econômicas da autonomia nacional, para sustentar a longo prazo os planos populares e os programas sociais. Concluíram dilapidando a renda extraordinária (diferencial) da produção mineira, na crença de que os preços internacionais não cairiam nunca. A nacionalização parcial, na Bolívia, das três principais jazidas petrolíferas, não só preservou os “direitos adquiridos” pelos grupos multinacionais que as detinham⁹, também fracassou em manter os investimentos previstos e aumentar a produção. A queda dos preços dos hidrocarbonetos fez entrarem em crise as nacionalizações parciais, e abriu a via para uma nova etapa de concessões às multinacionais.

O ciclo de grandes arrecadações fiscais está se concluindo. As limitadas reformas fiscais, com aumento dos impostos, sobre o petróleo e o gás, ofereceram uma vantagem passageira no marco de preços internacionais elevados. A crise mundial ameaça em especial o governo de Equador, cujo petróleo financia, não só a economia nacional, mas também a dolarização, até agora mantida. Para mantê-la, Correa começou um recorte de importações, e uma moratória da dívida externa (pela primeira vez um governo de América Latina declarou o caráter ilegítimo e imoral da dívida). Mas um desconhecimento da dívida usurária e ilegítima seria incompatível com a dolarização. No passado, as crises capitalistas mundiais serviram como marco para o surgimento de movimentos e governos nacionalistas (Vargas ou Perón, por exemplo). Hoje, numa etapa de bancarrota generalizada e internacional, a crise revela as limitações desse tipo de governos.

Na Argentina as multinacionais estão expatriando capitais (isto é, levando-os para sua própria “pátria”), e ao mesmo tempo demitindo milhares de trabalhadores (na maioria dos casos sem indenização), exatamente as empresas que mais fizeram fortuna com os Kirchner: bancos, montadoras de

automóveis, produtoras de alimentos. O governo Kirchner recortou as indenizações trabalhistas, favorecendo sua fantasmagórica "burguesia nacional", duas semanas antes da vitória eleitoral de Cristina Kirchner (derrotada eleitoralmente nas legislativas de junho de 2009). Na nova Constituição boliviana, por sua vez, se estabeleceu a preservação dos direitos adquiridos pelos grandes proprietários, ou seja, a supremacia do grande capital da soja no Oriente, e a concentração do grande capital agrário na região andina (o altiplano, ou planalto). Desse modo pactuou-se, em nome da “soberania alimentar” (baseada na produção de subsistência) e da preservação do meio ambiente, com os interesses agrários exportadores, e com a produção contaminante pelo uso de agrotóxicos¹⁰.

São os países mais desenvolvidos da América Latina os mais afetados pela crise mundial. A “periferia emergente” do capitalismo “global” enfrenta, em 2009, pagamentos externos por valor de 8 trilhões de dólares, uma dívida principalmente contraída pelas multinacionais que operam nela, superando em muitos casos as reservas internacionais. Na Argentina, o saldo devedor da dívida conjunta, pública e privada, é de US\$ 64 bilhões para 2009; em 2008 se registrou uma saída de capitais de US\$ 20 bilhões: uma parte da dívida foi contraída para expatriar capitais. Não é verdade, portanto, que no ciclo econômico 2002-2007 as nações dependentes se transformaram em credoras no mercado mundial: com o aumento da dívida privada externa, se mantiveram como devedores natos; os superávits comerciais foram a garantia financeira do endividamento privado. O capital financeiro internacional apropriou-se do excedente comercial gerado pelo aumento dos preços e dos volumes exportados. A crise mundial golpeia à América Latina devido à sua fragilidade financeira e comercial, e à sua fraca estrutura industrial.

EUA, Cuba, América Latina

Os governos da América Latina afirmaram inicialmente que driblariam a crise com a “solidez” das reservas dos Bancos Centrais. Mas a queda das Bolsas regionais, a saída de capitais e a desvalorização das moedas deixaram sem base esses argumentos. Propostas como a da "Declaração de Caracas", defendendo o fortalecimento da ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas) e o Banco do Sul, novas instituições econômicas reguladas, e um acordo monetário latino-americano para enfrentar a crise, são crescentemente irrealizáveis. Projetos que não conseguiram avançar durante o período de crescimento econômico, ficam com menos fundamento sólido diante da crise.

A ALCA era um instrumento de pressão (dos EUA) sobre Europa e sobre as economias em transição para o capitalismo, especialmente a chinesa, lhes opondo a América Latina como uma plataforma de exportação dos capitais norte-americanos, mas não dava ao empresariado latino-americano a possibilidade de abrir o mercado norte-americano à sua produção agrícola, eliminando os subsídios aos produtores do Norte. A ALCA foi morrendo em meio à crise mundial de 1997-2002 (crise asiática de 1997, crise russa e brasileira de 1999, derrubada da Bolsa de Wall Street em 2000).

Depois disso, a integração de América Latina à economia mundial escorou-se no aumento de preços das matérias primas e no crescimento do endividamento (a penetração do capital financeiro na América Latina foi a mais alta da história). O Brasil tem agora vencimentos superiores a US\$ 200 bilhões

em 2009, o que ameaça quebrar o crédito interno. A rodada de Doha, na qual se chegara a um acordo do Brasil com Europa e os EUA, entrou em crise pela oposição da Índia e da Argentina. O Brasil acordara com os EUA exportar etanol sem impostos desde a América Central, em troca da autorização de inversões norte-americanas na indústria dos biocombustíveis no Brasil.

Os projetos unificadores latino-americanos entraram em crise. Gasoduto do Sul, Banco do Sul, entrada de Venezuela ao Mercosul, não saem do papel. A moeda comum Brasil-Argentina seria só um recurso contábil para compensar saldos de pagamentos externos. A autonomia da ALBA proposta por Chávez é desmentida pelos compromissos simultâneos de seus países com outros acordos. Acentuou-se a cooperação entre Venezuela e Colômbia, justamente quando a segunda está prestes a realizar um tratado de livre comércio com os EUA. O processo econômico opera em favor da desintegração de América Latina.

O Brasil, por sua vez, reforçou sua aliança financeira com os EUA, em oposição à decisão argentina e chilena de nacionalizar os fundos de pensão privados. O Brasil reduziu o consumo e o preço do gás boliviano. UNASUR aparece como um projeto que favorece aos interesses do empresariado brasileiro para “integrar” uma indústria militar regional sob seu controle, e para impulsionar gastos em infra-estrutura para suas empresas. Mas pôs o Brasil no limiar da ruptura diplomática com Equador, devido às violações trabalhistas e ambientais da Odebrecht no país (o BNDES respaldou financeiramente a obra com empréstimo de US\$ 243 milhões, que o Equador foi obrigado a quitar). Evo Morales nacionalizou o consórcio petrolífero Chaco, do qual faz parte a empresa argentina Bidas, devido à negativa daquele a aceitar os termos das nacionalizações bolivianas. As bandeiras “integracionistas” se transformam crescentemente em ficção política, em face dos conflitos regionais que se acumulam, expressando a defesa dos diversos (e contraditórios) interesses empresariais de cada país.

As relações políticas do subcontinente com os EUA não sofrerão, no momento, mudanças substanciais. Logo depois da eleição de Barack Obama, o secretário de Estado de George W. Bush para América Latina (Thomas Shannon) foi confirmado no cargo pelo novo governo. Mais importante do que isso – um sinal claro de continuidade – foi o elogio a Shannon tecido pelo porta-voz da política externa do governo brasileiro. Shannon anunciou que daria uma nova oportunidade de reaproximação com os EUA à Venezuela de Chávez.

O “time” de Obama para América Latina não deixou enxergar nenhuma renovação ou “novidade”. Seus membros principais (Dan Restrepo, Robert Gelbard, Jeffrey Davidow, Arturo Valenzuela, Vicki Huddleston), onde abundam sobrenomes “latinos”, são veteranos da administração de Bill Clinton, que já se exerceram nos cargos respectivos. A reunião de Trinidad-Tobago, além de alguma aproximação com Chávez, deixou como saldo a iniciativa política de reingresso de Cuba na OEA, o que deixaria o antigo “Ministério de Colônias” como único marco “integrador” real da América Latina (e com os EUA)¹¹. O governo cubano recusou a iniciativa.

O fim do bloqueio a Cuba é apresentado como o “fim da guerra fria na América Latina”. O apaziguamento entre os EUA e Cuba, a normalização de Cuba com a UE, serviriam para estabilizar politicamente à América Latina, oferecendo o fim do isolamento de Cuba. O destino de Cuba está, agora,

inserido no contexto latino-americano, e também na sua própria crise política interna, contextos que o governo de Raul Castro tenta “navegar” propondo uma espécie de “via chinesa”, com um papel central das Forças Armadas (que controlam mais de 60% da economia cubana).

A sucessão de Fidel Castro enfrenta enormes dificuldades: alta dos preços das matérias-primas agrícolas, gravidade dos desastres provocados por três ciclones consecutivos, crise econômica mundial, baixa do crescimento cubano, e forte dependência das importações, fraca produtividade, dualidade monetária e hiper-centralização burocrática. As margens de manobra financeira para implementar as mudanças anunciadas em 2007 com o objetivo de modernizar o aparelho produtivo são limitadas. Em 2008, as importações de alimentos e petróleo representaram US\$ 5 bilhões, o que corresponde à metade do atual potencial de exportação de Cuba, incluindo a comercialização de bens e serviços à Venezuela.

A descentralização dos circuitos agrícolas, o usufruto das terras concedido a pequenos camponeses, a “substituição de importações” apoiada na agricultura privada e a nova política de salários apontam na reativação de uma “economia de mercado”, que cria as bases para uma restauração capitalista. Os trabalhadores passaram a ser pagos de acordo com sua produtividade, com seu salário-base fixado sem consulta às grades salariais nacionais. Diversos sistemas de remuneração começam a coexistir nas empresas. Mas o contexto para desenvolver uma transição ao capitalismo, como a ocorrida em Rússia e na China, mudou internacionalmente, tanto econômica como ideologicamente.

A crise econômica mundial re-propõe os problemas estruturais do desenvolvimento histórico latino-americano: independência nacional, questão agrária, desenvolvimento industrial autônomo, dependência financeira, miséria social, subordinação política, unidade continental. E o faz em condições de grave crise política. Em última instância, o destino latino-americano da crise não será decidido pela (in)eficiência dos pacotes econômicos, mas pelas saídas políticas, condicionadas pela nova consciência que a própria crise propicia para os povos e as classes exploradas da América Latina.

Referências

- ALTAMIRA, Jorge. Una crisis mundial imparable. *En Defensa del Marxismo*, Buenos Aires, v. 16, n. 35, p. 17-28, mar. 2008.
- CABOT, Diego. La crisis en América Latina. *La Nación*, Buenos Aires, 31 de maio. 2009.
- CARDOSO, Eliana. O Brasil e a crise. *Valor Econômico*, São Paulo, 13 de nov. 2008.
- CARLSEN, Laura. Barack Obama e a América Latina. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 10 setembro 2008.
- CHOMSKY, Noam. *L'Amérique Latine est hors de contrôle*. 2008. Disponível em: <<http://www.montraykreyol.org/spip.php?article1145&lang=fr>>. Acesso em: 10 nov. 2009.
- COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *América latina e a globalização*. São Paulo: Prolam/FFLCH/USP, 2004.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA – CEPAL. *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2008.
- DEARE, Craig. La militarización en América Latina y el papel de Estados Unidos. *Foreign Affairs Latinoamérica*, Ciudad de México, v. 8, n. 3, p. 1-13, 2008.

- DE LA TORRE, Augusto. A crise global e a América Latina. *Valor Econômico*, São Paulo, 18 de nov. 2008.
- GANDÁSEGUI, Marco A. Obama, crisis y América Latina. *Alai Amlatina*, Quito, 9 de dez. 2008.
- GUDYNAS, Eduardo. Crisis económica y crítica al desarrollo extractivista. *Alai Amlatina*, Quito, 14 de jan. 2009.
- GUDYNAS, Eduardo. Urgencias y demandas de la integración regional en América Latina y el Caribe. *Alai Amlatina*, Quito, 12 de dez. 2008.
- GUILLÉN, Arturo. América Latina em la encrucijada de la crisis global. *América Latina en Movimiento*, Quito, 18 de jun. 2009.
- LEMOINE, Maurice. América Latina solta as amarras. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, novembro 2008. Disponível em: < <http://diplo.uol.com.br/2008-11,a2707>>. Acesso em: 20 maio 2009.
- LOPESA, José Rogério. Processos sociais de exclusão e políticas públicas de enfrentamento da pobreza. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 349-363, maio./ago. 2008.
- LOWENTHAL, Abraham F. Como mejorar la cooperación con las Américas. *Foreign Affairs Latinoamérica*, Ciudad de México, v. 8, n. 4, p. 14-28, 2008.
- MAIRA, Luis. El próximo gobierno estadounidense y la “América Latina del Sur”. *Foreign Affairs Latinoamérica*, Ciudad de México, v. 8, n. 4, p. 73-82, 2008.
- MANDER, Benedict. Distorções na economia venezuelana permitem ascensão de “boligarcas”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 de dez. 2008.
- MARES, David R. Los temas tradicionales y la agenda latinoamericana. *Foreign Affairs Latinoamérica*, Ciudad de México, v. 8, n. 3, p. 1-11, 2008.
- MEIRELES, Monika Ribeiro de Freitas. *Do endividamento externo ao novo desenvolvimentismo: trajetórias do capitalismo e da dependência na América Latina*. 2008. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PAULANI, Leda. *Brasil delivery*. São Paulo: Bomtempo, 2008.
- PEREZ LLANA, Carlos. Argentina: o balanço da gestão Kirchner. *Política Externa*, São Paulo, v. 16, n. 2, set./nov. 2007.
- RODRIGUEZ-LARRETA, Aureliano. Suramérica, ante el populismo y la dispersión. *Política Exterior*, Madri, v. 22, n. 123, Maio./Jun. 2008.
- ROMERO, Simón. Chávez quer volta de petroleiras. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 16 de jan. 2009.
- SALAMA, Pierre. Argentine, Brésil, Mexique, face à la crise internationale. *Attac France*, Montreuil-sous-Bois, 6 jan. 2009.
- SANTISO, Javier. América Latina em 2009: acabou a festa. *Valor Econômico*, São Paulo, 13 de jan. 2009.
- SENNES, Ricardo. Las relaciones Brasil-Estados Unidos: un acuerdo tácito. *Foreign Affairs Latinoamérica*, Ciudad de México, v. 8, n. 4, p. 1-9, 2008.
- SERRA, José. Um visão latino-americana da crise. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 de jun. 2009.
- SHIFTER, Michael; JOYCE, Daniel. Bolivia, Ecuador y Venezuela, refundación andina. *Política Exterior*, Madri, v. 22, n. 123, Maio./Jun. 2008.
- THE US-Mexican border. *The Economist*, Londres, 4 de outubro de 2008.
- TICKNER, Arlene. Colombia y Estados Unidos: una relación “especial”. *Foreign Affairs Latinoamérica*, Ciudad de México, v. 8, n. 4, p. 1-8, 2008.
- VIGNA, Anne. As guerras mexicanas. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, novembro 2008.
- WEISBROT, Mark. Obama should make a clean break with the past in Latin America. *América Latina en Movimiento*, Quito, 3 de dez. 2008.

Notas

- ¹ Professor Titular de História Contemporânea do Departamento de História (FFLCH) da Universidade de São Paulo. Email: coggiola@usp.br
- ² A crise, na verdade, era global desde seu início, porque a “bolha” imobiliária não foi apenas norte-americana, mas internacional; a especulação nas Bolsas de Valores incluiu também bancos e intermediários financeiros europeus e asiáticos; o mundo está mais “integrado” do que nunca, pela via do comércio exterior e dos fluxos financeiros; finalmente, porque na “arquitetura” financeira mundial os EUA atuam como “compradores de última instância” mediante o financiamento de seus “déficits gêmeos” (fiscal e do balanço de pagamentos) através da captação da poupança externa.
- ³ O Informe sobre o investimento estrangeiro direto (IED), elaborado pela CEPAL, diz: “*La desaceleración de la economía estadounidense, principal destino de las exportaciones de México y la cuenca del Caribe, puso en serios aprietos a algunas de las mayores industrias manufactureras de la subregión: automotriz, electrónica y de textiles y confecciones -dice el trabajo-. En los tres casos, se registraron recortes de personal, paros técnicos o cierres de plantas, que, en conjunto, han contribuido a desincentivar el IED. De estas industrias, la automotriz es la que parece enfrentar la situación más crítica y el proceso de reestructuración a nivel global más radical, aunque los efectos de este proceso en la región son aún inciertos*”.
- ⁴ E México tem que suportar novas medidas protecionistas, ditadas pela administração de Barack Obama, que proibiu (devido à pressão dos sindicatos) a entrada nos EUA de caminhões mexicanos, em que pese o estabelecido pelo Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN). Argentina, diversamente, vende 16,5% de seus produtos ao Brasil, 9,9% a Chile, 8% a China e 7,2% aos EUA. Brasil envia 47% de suas exportações para a União Européia e para a China; só 11,5% vai a para os EUA.
- ⁵ Argentina vende farinha e soja, milho e trigo. Só depois vem, na sua pauta de exportações, um produto manufaturado: automóveis de 1.5 a 3.0 de potência. Brasil tem uma pauta semelhante: os primeiros lugares nas exportações são para os minerais ferrosos, os derivados do petróleo, a carne e as aves. E, só depois, os automóveis. Chile vende mineral de cobre e seus derivados, depois outros metais e, finalmente, pasta química de madeira. Colômbia baseia suas exportações em combustíveis (46% do total), café, matérias plásticas, pérolas finas e flores (é óbvio que as exportações de cocaína não são computadas oficialmente).
- ⁶ O Instituto de Finanças Internacionais do FMI previu que a entrada de capital privado nos “mercados emergentes” cairia para 165 bilhões de dólares em 2009, uma queda forte em relação aos 466 bilhões de 2008, e ao recorde histórico de 929 bilhões de 2007, devido à saída de recursos dos mercados de dinheiro e de capitais em direção dos Bônus do Tesouro dos EUA e outros instrumentos “seguros”.
- ⁷ Nem precisa esclarecer que a avaliação de Serra faz parte de sua campanha presidencial para 2010.
- ⁸ Os projetos de “união latino-americana” tampouco vão muito longe, e até retrocedem. Para Eduardo Gudynas (2008): “*La Comunidad Andina aparece fracturada por aquellos que apuestan a los tratados de libre comercio (Colombia y Perú) y los que buscan un camino alternativo (Ecuador y Bolivia). El comercio dentro de la CAN se ha mantenido en la modesta franja del 10% del total de las exportaciones (el más bajo en toda América Latina); no logra conformarse una zona de libre comercio efectiva, y hay muchas dudas sobre su capacidad para negociar como un bloque frente a la Unión Europea. En el Mercosur también existen tensiones (la más conocida entre Argentina y Uruguay, y la más reciente entre Brasil y Paraguay) el comercio entre los socios se ha mantenido alrededor del 15% de las exportaciones totales. Esta problemática se repite dentro de la Unión de Naciones de Suramérica (UNASUR) (que es la continuación de la Comunidad Sudamericana de Naciones. No se puede plantear una “unión” entre países; si todos ellos exportan materias primas hacia los mercados globales y en la práctica no tienen políticas productivas comunes. La idea de “América Latina y el Caribe”, como espacio de integración, en los últimos años cayó a un segundo plano*”.
- Os projetos unificadores (como o gasoduto do sul) não saem do papel. As nacionalizações realizadas, parciais, foram condicionadas favoravelmente pelo aumento dos preços do combustível, a possibilidade de distribuir a renda diferencial entre o capital externo e o Estado. Havia (até sobrava) dinheiro para satisfazer todo mundo. Mas não serviram para modernizar a exploração, consumindo o capital investido.
- ⁹ Na nova Constituição boliviana, o artigo 8º das Disposições Transitórias diz: “*En el plazo de un año desde la elección del órgano ejecutivo y del órgano legislativo, las concesiones sobre recursos naturales, electricidad, telecomunicaciones y servicios básicos deberán adecuarse al nuevo ordenamiento jurídico. La migración de las concesiones a un nuevo régimen jurídico en ningún caso supondrá el desconocimiento de derechos adquiridos*”.
- Esses “direitos” beneficiam grupos como Repsol, Total, Petrobras, Shell, Enron (falida nos EUA, esta continua operando na Bolívia), Vintage, British Gas, British Petroleum, Canadian Energy y Pluspetrol, que ainda hoje adquirem o gás boliviano pela metade do preço internacional. No setor mineiro, os “direitos adquiridos” são os do consórcio internacional Glencore, do magnata petrolero suíço israelense Marc Rich, de quem *Time* disse ser “o empresário mais corrupto do planeta”. Desde 2005, Glencore recebeu grandes jazidas do governo de Carlos Mesa.
- ¹⁰ Tarija, Santa Cruz, Beni, Pando, os departamentos dirigidos pela direita opositora a Evo Morales, onde se situam as principais riquezas petrolíferas e de gás, pretendem ficar com a parte do leão da renda nacional dos hidrocarbonetos, descontada, não dos royalties das multinacionais, mas dos impostos federais (nacionais). O que sobrar, descontados esses dois itens, poderia ficar com o governo nacionalista para realizar sua política social.
- ¹¹ Os EUA recriaram a IV Frota para América Latina, com sede na Flórida, que cuidará de navios em atividade na América do Sul, Central e no Caribe, hoje parte da frota do Atlântico. A esquadra existiu entre 1943 e 1950 e sua volta agora é uma decisão administrativa, não política, defendeu o Pentágono. Isto se deu em meio a fatos como a ação da Colômbia contra as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) no Equador, ou o que os EUA chamam de “corrida armamentista” patrocinada pelo presidente venezuelano, Hugo Chávez, e a sugestão do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, de que seja criado um Conselho Regional de Defesa na América do Sul. As embarcações dos EUA em atividade nos litorais da América Latina são, atualmente, onze, e a nova força deverá ser liderada por um porta-aviões nuclear. O objetivo seria auxiliar os EUA nas “atividades de contra-terrorismo”. Seu quartel-general será na cidade de Mayport, na Flórida. Até hoje, a região estava sob controle da Segunda Frota. América Latina não só “entrou” na crise econômica mundial, mas também na crise política internacional.